



JOHN THYS/AFP

Países chegam a um acordo para conter os gastos e baixar dívida

estadaodigital#wsmoni

BRUXELAS

No final do ano passado, os governos da União Europeia (UE) chegaram a um acordo sobre as novas regras para reduzir os déficits orçamentários e a dívida pública, traçando um limite após anos de gastos livres durante a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia. Para alívio da maioria dos Estados-membros, as novas regras são, no geral, mais lenientes, avaliaram especialistas.

As normas dão aos países mais tempo para reduzir os déficits orçamentários para a meta de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), incentivam certos tipos de investimentos a partir do déficit orçamentário e estimulam os países a reduzirem a sua dívida pública de forma mais gradual.

Menos despesas
Ministros das Finanças
concordam que nações
devem diminuir em
meio ponto porcentual
a relação dívida/PIB

Também dão mais espaço aos governos para afrouxarem temporariamente a política fiscal durante as recessões.

Para salvaguardar os investimentos necessários o combate às mudanças climáticas e reforçar as despesas de defesa da Europa em um momento de aumento das taxas de juro, as novas regras permitem um período de transição até 2027.

Durante os próximos dois anos, os governos que reduzirem seus déficits para 3% do PIB conseguirão manter níveis mais elevados de gastos com investimento, descontando os custos adicionais de financiamento já contratados.

Os ministros das Finanças concordaram que a dívida deverá apresentar uma tendência descendente, mas também que os países teriam de reduzir sua dívida/PIB em um ponto porcentual por ano se esse indicador for superior a 90%.

Para os países com uma relação dívida/PIB entre 60% e 90%, a diferença deve cair meio ponto porcentual anualmente. As reformas substituirão o quadro fiscal que regia as contas públicas europeias até ser suspenso durante a pandemia. ● AP, NYT E DOW JONES NEWSWIRE

⊕ samos de verdade na Europa é de um Barnier para segurança econômica", afirma Tobias Gehrke, do European Council on Foreign Relations, um think tank de Bruxelas. Ele se refere a Michel Barnier, o político francês que negociou o Brexit em nome dos Estados-membros da UE. Até agora, porém, os países não parecem dispostos a partilhar tanta soberania.

Isso acontece, pelo menos em parte, porque esse trabalho exige uma tonelada de dados econômicos sensíveis que os países não estão dispostos a compartilhar. As instituições da UE têm poucos dados, e os ministérios da indústria nacionais estão tão habituados a competir entre si quanto a cooperar, dizem os especialistas. No Japão, diferentemente, os fluxos de informação entre as empresas e o governo são constantes, tanto formal como informalmente. No ministério do comércio e da indústria do Japão, os funcionários entendem de fato as empresas com as quais trabalham, dizem os observadores.

Com guerra, comissão aprova investimento em portos da Romênia

A Comissão Europeia aprovou no dia 30 o auxílio de € 126 milhões (por volta de R\$ 677 milhões) para apoiar investimentos em portos da Romênia, diante do aumento do fluxo comercial após o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. A medida será financiada em parte pelos fundos de coesão da União Europeia e deve contribuir para o funcionamento das Rotas de Solidariedade UE-Ucrânia, facilitando os fluxos comerciais de e para a Ucrânia, disse a Comissão em nota.

Em nota, a Comissão da União Europeia afirmou que o auxílio ao governo da Romênia é necessário, visto que nenhum investidor ou instituição realizaria os desembolsos em virtude da incerteza da guerra e da natureza temporária dos fluxos comerciais criados. ●

Não se sabe ao certo até onde irá a mistura entre o Estado e as empresas na Europa. O Japão está ativamente adquirindo participações em empresas estrategicamente importantes e as retirando das Bolsas, um exemplo é a JSR, uma empresa que fornece materiais para produtores de semicondutores. Essa abordagem continuaria a ser o último recurso na UE.

EXEMPLO CLARIVIDENTE. O Japão também identificou bens que são essenciais para a sobrevivência de seu povo, como suprimentos médicos, e paga a empresas que estão dispostas a diversificar suas importações. Uma parte fundamental de sua estratégia, até agora pouco desenvolvida na Europa, é se tornar indispensável para o mundo, o que requer uma política industrial limitada e dirigida a alguns setores-chave de alta tecnologia, argumentam os analistas.

A Europa também precisa avançar mais rápido na diversificação por meio de acordos comerciais. O Japão faz parte de uma série de acordos de li-

vre-comércio recentes, que cobrem mais de 80% de suas transações comerciais. As exportações do país para a China não cresceram tanto quanto, por exemplo, as da Alemanha. A UE fez alguns progressos nas negociações comerciais, mas seu acordo com o Mercosul na América do Sul ainda não foi ratificado e os grandes acordos com a Índia e a Indonésia estão estagnados.

Talvez a comparação com o Japão seja injusta. "Tivemos experiências com a coerção econômica no passado e conhecemos as dificuldades", diz Kazuo Suzuki, do Instituto de Geoeconomia de Tóquio. "O Japão praticava a segurança econômica antes de ela virar uma expressão da moda". A Europa precisa correr atrás, um relatório de cada vez. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

© 2024 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM